



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / XVII (1 .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto: Programa Vale Eficiência

Destinatário: Ministra do Ambiente e Energia

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Programa Vale Eficiência consiste num apoio do Fundo Ambiental destinado a combater a pobreza energética que atribui um ou mais Vales Eficiência, até um máximo de três, no valor unitário de 1300 euros, às famílias economicamente vulneráveis para que possam fazer intervenções que melhorem a eficiência energética das suas habitações, tais como a substituição de janelas, instalação de bombas de calor ou sistemas fotovoltaicos.

Este Programa teve uma dotação total de 130 milhões de euros, dos quais 104 milhões de euros foram destinados à segunda fase, na qual as candidaturas a beneficiário e a facilitador administrativo encerraram no dia 31 de outubro de 2024 e as candidaturas a facilitador técnico e a fornecedor no dia 31 de julho de 2025.

No entanto, a execução do Programa tem consistentemente gerado descontentamento devido àquilo que parecem ser falhas na sua gestão que resultam em tempos de espera inaceitáveis entre a aprovação da candidatura e a efetiva entrega do vale ou conclusão das obras.

Os dados do Portal da Queixa indicam que, no primeiro semestre de 2025 e face ao mesmo período de 2024, as reclamações dispararam 177%. A principal causa de insatisfação é a não atribuição dos apoios (59% das reclamações), seguida pela falta de informação e dificuldades de contacto. Muitos beneficiários relatam esperas superiores a dois anos sem que o vale seja efetivamente entregue ou utilizado e menos de 3% do total de vales previstos tinham sido executados até outubro de 2025 (<https://www.ambienteonline.pt/noticias/reclamacoes-sobre-vales-energeticos-aumentam-177-e-governo-lidera-nas-queixas>). A realidade é que o programa previa distribuir 100 mil vales, tendo o Governo reduzido essa meta em 60%, e foram entregues menos de 20 mil.

No entanto, em fevereiro de 2026, era notícia que o Fundo Ambiental determinara o encerramento imediato da atribuição de novos vales, deixando sem apoio as milhares de famílias que já tinham candidaturas consideradas elegíveis mas que ainda aguardavam a emissão final do vale. O cancelamento deste Programa afetou ou irá afetar diretamente cerca de 28 mil famílias cujas candidaturas foram consideradas elegíveis mas que nunca receberam o vale físico, algumas após alguns anos de espera (<https://eco.sapo.pt/2026/02/19/programa-vale-eficiencia-cancela-atribuicao-de-novos-apoios/>).

De forma inexplicável, parte do financiamento foi direcionado para outros programas, como o E-Lar e o Bairros + Sustentáveis, cuja dotação somou 100 milhões de euros, tendo o Programa Bairros + Sustentáveis sido encerrado devido a “falta de procura”, algo que desagradou a associações de moradores (<https://www.dn.pt/economia/governo-encerra-concurso-antes-do-previsto-associao-de-moradores-denuncia>).

Também de forma surpreendente, o Governo disse que as 28 mil famílias cujos processos foram concluídos e considerados elegíveis deverão aguardar até 2027 para se recandidatarem ao Plano Social para o Clima.

Ora, o LIVRE considera toda a gestão deste Programa e a protelação para 2027 uma resposta profundamente insuficiente que ignora não apenas a urgência da transição energética, como a vulnerabilidade destes cidadãos, transferindo ainda para eles o ónus de uma falha de execução do Governo (<https://expresso.pt/fundos-europeus/2026-02-25-governo-remete-para-2027-as-milhares-de-familias-vulneraveis-que-ficaram-penduradas-no-programa-vale-eficiencia-65d5f115>).

O LIVRE não tem dúvida de que a eficácia e a fiabilidade de programas como o Vale Eficiência e outros são determinantes para o sucesso da transição energética e para o aprofundar da coesão social. Todo este processo condiciona de forma muito direta a adesão a futuras políticas de descarbonização e deve ser corrigido o mais depressa possível de forma a restaurar a confiança dos cidadãos nas instituições.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis as Deputadas e os Deputados do LIVRE questionam a Ministra do Ambiente e Energia:

- 1 - O Governo confirma o encerramento definitivo da atribuição de novos apoios no âmbito do Programa Vale Eficiência?
- 2 - Se sim, que motivos justificam o encerramento do Programa em fevereiro de 2026, tendo em conta que 28 mil candidaturas já haviam sido consideradas elegíveis?
- 3 - O que podem esperar as famílias que já tinham as suas candidaturas consideradas elegíveis? Existe alguma previsão de alocação de verbas extraordinárias para dar resposta imediata a estas famílias e não defraudar as suas legítimas expectativas de receberem apoio para melhorar as condições de habitabilidade das suas casas?
- 4 - Considera o Governo legítimo que estas famílias fiquem sem qualquer apoio até à entrada em vigor do Plano Social para o Clima em 2027?
- 5 - Que responsabilidades foram apuradas concretamente pelo alegado mau desenho e pela baixa taxa de execução do Programa?
- 6 - Receia o Governo que esta falha sistemática de execução comprometa a confiança pública nas políticas de descarbonização e na credibilidade do Estado enquanto garante e promotor da transição energética?

Palácio de São Bento, 8 de Abril de 2026

Deputado(a)s

JORGE PINTO(L)
FILIPA PINTO(L)
PATRÍCIA GONÇALVES(L)
PAULO MUACHO(L)
RUI TAVARES(L)
TOMÁS PEREIRA(L)

